



PROCESSO	455-3/2021
ASSUNTO	PENSÕES
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
RESPONSÁVEL	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA Diretor-Presidente
INTERESSADOS	JANICE DA SILVA NOGUEIRA LUIS ANTONIO SIMÃO
EQUIPE TÉCNICA	VALMIR DE PIERI Secretário de Controle Externo IARA BEATRIS VERRUCK Supervisora MARCELO GRAMOLINI BIANCHINI Coordenador da Equipe Técnica
ADVOGADO	NÃO CONSTA
RELATOR	RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA Auditor Substituto de Conselheiro

RELATÓRIO

Trata-se de benefício de pensão por morte, concedido à senhora Janice da Silva Nogueira, em caráter vitalício, e ao senhor Luis Antonio Simão, em caráter temporário, em razão do falecimento do senhor Antonio Gomes Simão, aposentado no cargo de Agente do Serviço de Trânsito LC 505/13, classe “B”, nível “11”, no município de Cuiabá-MT, encaminhado pela Mato Grosso Previdência, sob responsabilidade do Senhor Elliton Oliveira de Souza, Diretor-Presidente.

O presente benefício foi concedido, a princípio, ao senhor Luis Antonio Simão, por meio do Ato Administrativo 506/2018/MTPREV, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição 27.395, de 5 de dezembro de 2018, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso I, § 8º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003; combinado com os artigos 243, 245, inciso II, alínea “a”, 246, § 3º, 247, inciso I e 252, da Lei Complementar 4/1990, com as alterações promovidas pela Lei 524/2014 (documento digital 1102/2021, fl. 41).





Posteriormente, o ato originário foi retificado, em parte, por meio do Ato 262/2020/MTPREV, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição 27.850, de 5 de outubro de 2020, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, combinado com o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, bem como com os artigos 243, 245, inciso I, alínea “c”, inciso II, alínea “a”, 246, § 2º, 247, inciso I, parágrafo único, e 252, todos da Lei Complementar 4/1990, com as alterações da Lei Complementar 524/2014, passando a incluir a beneficiária Janice da Silva Nogueira, em razão da sentença judicial que declarou sua união estável com o segurado falecido (documento digital 1102/2021, fls. 39 e 40).

Após análise da documentação, a 3ª Secretaria de Controle Externo sugeriu o registro dos Atos Administrativos 506/2018/MTPREV e 262/2020/MTPREV e a legalidade da planilha de proventos no valor de R\$ 5.405,13, sendo o benefício rateado em 50% para cada interessado (documento digital 190523/2022).

O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer 4.305/2022, de lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo registro dos Atos Administrativos 506/2018/MTPREV e 262/2020/MTPREV, bem como pela legalidade da planilha de benefício (documento digital 194442/2022).

É o Relatório.

Cuiabá-MT, 14 de setembro de 2022.

(assinatura digital)

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Auditor Substituto de Conselheiro
Relator

